MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS FINANÇAS

Portaria n.º 179/97

de 12 de Março

Manda o Governo, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, nos termos do § 1.º do artigo 158.º do Regulamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a nova redacção dada pelo Decreto n.º 433/72, de 3 de Novembro, e do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 296-A/95, de 17 de Novembro, que no mapa do pessoal assalariado do Gabinete Instalador do Consulado-Geral de Portugal em Macau, criado por despacho conjunto dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 224, de 27 de Setembro de 1995, sejam criadas as seguintes unidades, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 1996:

Um lugar de tradutor-intérprete;
Um secretário de 3.ª classe;
Um contínuo.

Ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Finanças.

Assinada em 24 de Fevereiro de 1997.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*. — Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa*, Secretária de Estado do Orçamento.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO EQUIPAMENTO, DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Portaria n.º 180/97

de 12 de Março

O Instituto Nacional de Habitação, criado pelo Decreto-Lei n.º 177/84, de 25 de Maio, e actualmente regido pelo Decreto-Lei n.º 202-B/86, de 22 de Julho, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 460/88 e 305/91, respectivamente de 14 de Dezembro e 16 de Agosto, é um instituto público, com personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, cujas atribuições genericamente consistem no assegurar a administração habitacional e as intervenções de natureza financeira, no sector da habitação, da competência do Estado.

De acordo com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 202-B/86, o pessoal do Instituto Nacional de Habitação rege-se, na generalidade, pelas normas aplicáveis ao contrato individual de trabalho e, na especialidade, pelo disposto em regulamento interno, aprovado pelo conselho directivo e homologado por portaria conjunta dos ministros da tutela.

Volvidos quase 10 anos após a publicação da Portaria n.º 57/87, de 23 de Janeiro, a qual homologou o Regulamento Interno do Instituto Nacional de Habitação acima referido, constata-se a necessidade de introduzir naquele algumas alterações, designadamente no que toca à definição de categorias profissionais e níveis de exercício de funções, por forma a adequá-lo à evolução

entretanto havida, quer a nível da legislação produzida neste domínio, quer a nível das naturais aspirações e expectativas do pessoal do Instituto, e ainda às exigências de natureza funcional que o desenvolvimento da actividade do Instituto Nacional de Habitação veio evidenciar.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 202-B/86, de 22 de Julho:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, o seguinte:

1.º Homologar o Regulamento Interno anexo à presente portaria, aplicável ao pessoal do Instituto Nacional de Habitação.

2.º É revogada a Portaria n.º 57/87, de 23 de Janeiro.

Ministérios das Finanças e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Assinada em 21 de Fevereiro de 1997.

O Ministro das Finanças, *António Luciano Pacheco de Sousa Franco*. — O Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, *João Cardona Gomes Cravinho*.

REGULAMENTO INTERNO DO INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO

Artigo 1.º

Âmbito

1 — O presente Regulamento aplica-se a todos os trabalhadores do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Habitação (INH) e, bem assim, ao pessoal contratado ou que futuramente o venha a ser e ainda ao que desempenha ou venha a desempenhar funções no INH em regime de requisição ou de comissão de serviço, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 202-B/86, de 22 de Julho, e do mais que especificamente se estabelece neste Regulamento.

2 — O disposto no parágrafo anterior abrangerá o INH sede, em Lisboa, e a sua delegação no Porto, bem como as dependências que venham a ser criadas, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 202-B/86, de 22 de Julho.

Artigo 2.º

Quadro de pessoal

A estrutura do pessoal do INH, constante do anexo I, é formada pela conjugação das estruturas dos grupos funcionais e dos níveis de exercício de funções, dentro da respectiva carreira profissional, em conformidade com o disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 202-B/86, de 22 de Julho.

Artigo 3.º

Categorias e funções

1 — As categorias constantes do quadro de pessoal referido no artigo anterior corresponderão às funções mencionadas no anexo II ao presente Regulamento e que dele faz parte integrante.

2 — A correspondência entre as categorias profissionais ora estabelecidas e as anteriormente constantes do Regulamento, homologado pela Portaria n.º 57/87, de 23 de Janeiro, constam do anexo III ao presente Regulamento.